

FISCALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Identificação de **Irregularidades** em
Faixa de Praia e Aplicação das Penalidades

Coordenação-Geral de Fiscalização
CGFIS / DECIP / SPU

SPU
SECRETARIA DO
PATRIMÔNIO DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



A FISCALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SPU

Consiste em toda atividade realizada pela Secretaria do Patrimônio da União, no exercício de seu poder de polícia, com o objetivo de garantir a adequada destinação, o uso correto e a integridade física dos bens imóveis da União, em conformidade com a legislação vigente e o interesse público.



A FISCALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SPU

Consiste em toda atividade realizada pela Secretaria do Patrimônio da União, no exercício de seu **poder de polícia**, com o objetivo de garantir a adequada destinação, o uso correto e a integridade física dos bens imóveis da União, em conformidade com a legislação vigente e o interesse público.



VALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO

FISCALIZAÇÃO DA SPU



COMPETÊNCIA

FINALIDADE

FORMA

MOTIVO

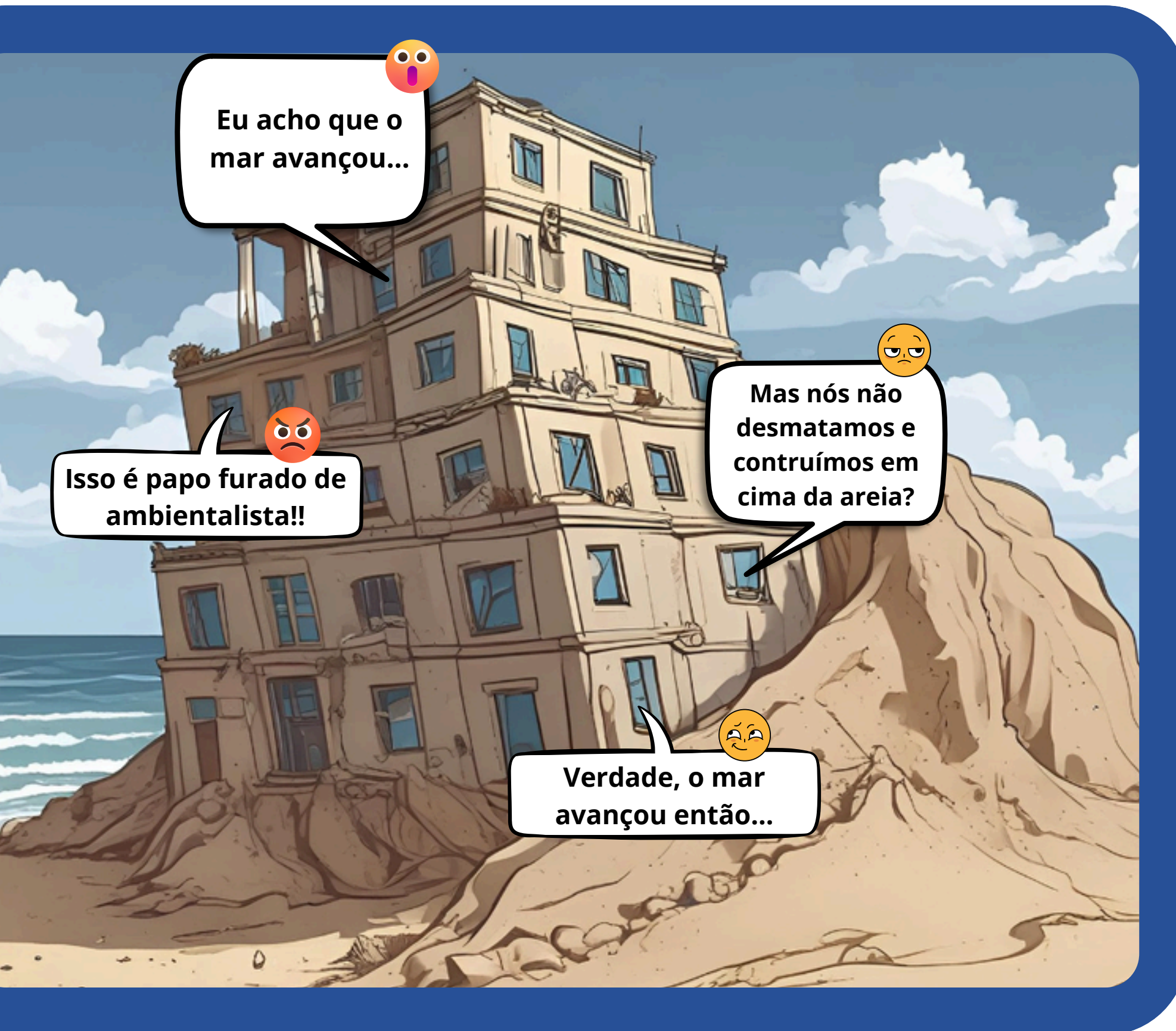
OBJETO



A FISCALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SPU

VISTORIA
X
FISCALIZAÇÃO





INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Toda ação ou omissão que importe em violação do adequado uso, disposição, manutenção e conservação do patrimônio da União.

PRINCIPAIS IRREGULARIDADES



Construção /
obra



Desmatamento



Cercamento /
muro



Descumprimento
de contrato

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sanções administrativas são as consequências legais da ação ou omissão infracional sobre o patrimônio ou bens jurídicos aplicáveis ao agente infrator.



Multa



Demolição
Remoção



Desocupação
Indenização



Embargo



Rescisão
Revogação

MULTA



Trata-se de uma sanção automática e de caráter mensal, aplicada enquanto persistir a irregularidade, independentemente da intenção do infrator.

O pagamento da multa não exime o infrator de outras obrigações administrativas, como a desocupação da área ou a reparação de danos ao bem público.

Aplica-se multa no caso de realização de aterro, construção, obra, cercas ou outras benfeitorias, desmatar ou instalar equipamentos, sem prévia autorização ou em desacordo com aquela concedida, em bem de uso comum do povo, especiais ou dominiais, com destinação específica fixada por lei ou ato administrativo.

Importante:

- Não deve ser precedida de notificação prévia;
- É cobrada por metro quadrado, conforme valor fixado anualmente pelo Secretário do Patrimônio da União;
- **Para casos de cercamento ou construção irregular de muro, a multa deve incidir apenas sobre a área correspondente, utilizando para o cálculo a espessura da cerca/muro x metro linear.**
- Não deve ser aplicada multa quando se verificar a mera posse ou ocupação ilícita da área, sem que tenha sido realizado irregularmente aterro, construção, obra, cercas ou instalação de equipamento.
- **Valor em 2025: R\$ 119,46 por m² - Portaria SPU/MGI nº 324, de 13 de janeiro de 2025.**

Fim ou paralisação da multa:

- Com o fim da infração;
- Concessão de liminar pelo Judiciário;
- Ato do Superintendente considerando a possibilidade de regularização.

DEMOLIÇÃO / REMOÇÃO



A demolição e remoção de construções e bens irregulares em imóveis da União são medidas administrativas previstas na Instrução Normativa SPU nº 23/2020 e no Manual de Fiscalização da SPU, com o objetivo de restaurar a destinação pública da área e coibir novas ocupações irregulares.

- O infrator é o responsável inicial por providenciar a demolição ou remoção dos bens;
- Prazo de 30 dias a partir do recebimento do Auto de Infração para cumprimento voluntário;
- Caso o infrator não execute a demolição, a SPU deve buscar parcerias com Prefeituras, Estados ou órgãos do Governo Federal para viabilizar o serviço;
- Se não for possível pactuar parcerias, a SPU deve contratar empresa para realizar a demolição ou remoção;
- Todos os custos do serviço são de responsabilidade do infrator, podendo ser cobrados administrativa ou judicialmente.

A execução dessas medidas visa garantir a proteção do patrimônio da União, assegurando o uso adequado e evitando ocupações irregulares persistentes.

EMBARGO



O embargo é uma medida administrativa adotada pela SPU para interromper imediatamente obras, serviços ou atividades irregulares em imóveis da União, conforme previsto na Instrução Normativa nº 23/2020 e no Manual de Fiscalização da SPU.

Seu objetivo é evitar danos ao patrimônio público e garantir o uso adequado dos bens da União.

- Determina a paralisação imediata de obras, serviços ou atividades em execução que não possuam autorização da União;
- O uso exclusivamente residencial não pode ser objeto de embargo;
- Pode ser aplicado em qualquer tipo de imóvel da União nos seguintes casos:
- Destinação inadequada do imóvel;
- Inobservância do interesse público;
- Irregularidade de uso;
- Comprometimento da integridade física do imóvel.
- O descumprimento do embargo pode acarretar responsabilização do infrator, inclusive nas esferas administrativa, cível e penal, nos termos do Código Penal.

O embargo é um instrumento essencial para a proteção do patrimônio da União, garantindo que os imóveis sejam utilizados de acordo com a legislação vigente e respeitando o interesse público.

RESCISÃO / REVOGAÇÃO



A rescisão contratual e a revogação do TAGP são medidas administrativas aplicadas pela SPU para retomada de imóveis da União em casos de descumprimento das condições pactuadas, conforme previsto na Instrução Normativa nº 23/2020 e no Manual de Fiscalização da SPU.

- A rescisão do contrato ocorre em caso de inadimplência, descumprimento das cláusulas contratuais ou necessidade de retomada do imóvel pelo interesse público;
- O TAGP pode ser revogado em razão de irregularidades constatadas;
- O ocupante é notificado previamente para apresentar defesa no prazo legal antes da rescisão ou revogação;
- Após a rescisão ou revogação, a SPU pode adotar medidas para desocupação do imóvel, incluindo notificação, aplicação de multa e cobrança de indenização pelo período irregular de uso;
- A permanência indevida no imóvel após a rescisão pode resultar em ação judicial de reintegração de posse e imputação de penalidades ao ocupante.

A rescisão contratual e a revogação do TAGP buscam a adequada destinação dos bens públicos e a legalidade no uso do patrimônio da União, protegendo o interesse coletivo e evitando ocupações irregulares.

BASE LEGAL E NORMATIVA

- **Constituição Federal** (art. 20): Define os bens da União.
- **Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998** (arts. 1º, 4º, 10 e 11): Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
- **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**: Institui o Código Civil.
- **Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946** (art. 1º): Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.
- **Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987** (art. 6º): Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União e dá outras providências.
- **Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024** (art. 44 do Anexo I): Estabelece as competências da Secretaria do Patrimônio da União.

NORMAS, MANUAIS E OUTROS



IN nº 23/2020



MANUAL DE FISCALIZAÇÃO 2018



REVISTA DE FISCALIZAÇÃO

Disponíveis em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/fiscalizacao>

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO



Curso “Fiscalização na Gestão do Patrimônio da União”
disponível em:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/242>

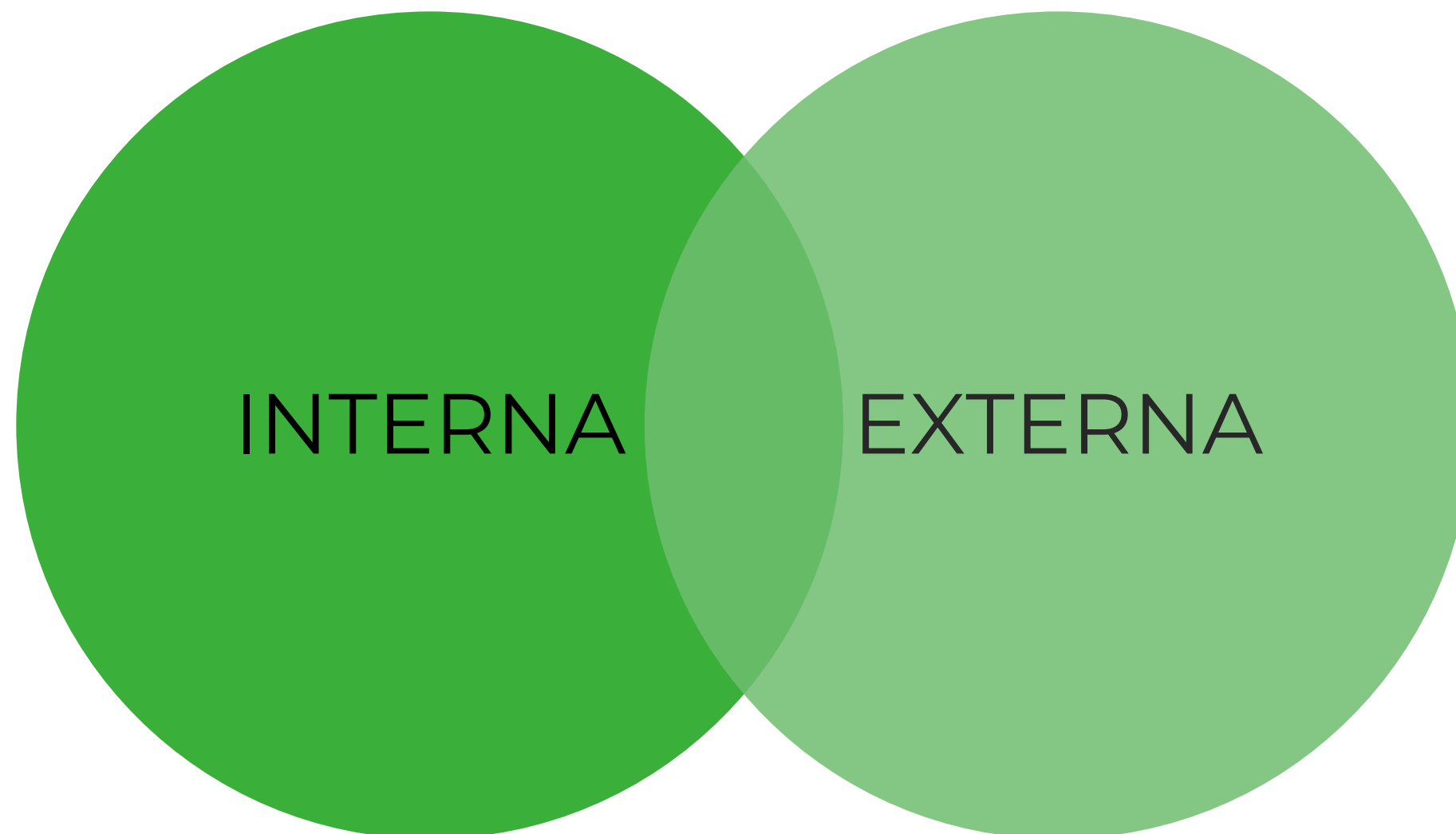
Habilidades básicas:

- Conhecimento técnico: legislação, normas, noções de direito administrativo e processo administrativo, georreferenciamento, interpretação de mapas, plantas e croquis.
- Habilidades analíticas: interpretação e aplicação de normas, análise de documentos, investigação e correlação de dados para identificação de irregularidades.
- Habilidades Práticas e Operacionais: Elaboração de documentos técnicos, clareza na comunicação, capacidade de lidar com situações de conflito, organização e gestão.

Conduta:

- Atuar de maneira imparcial;
- Ter precisão técnica;
- Ser cordial e formal;
- Respeitar o contraditório e a ampla defesa;
- Observar deveres e obrigações;
- Portar-se com ética e profissionalismo.

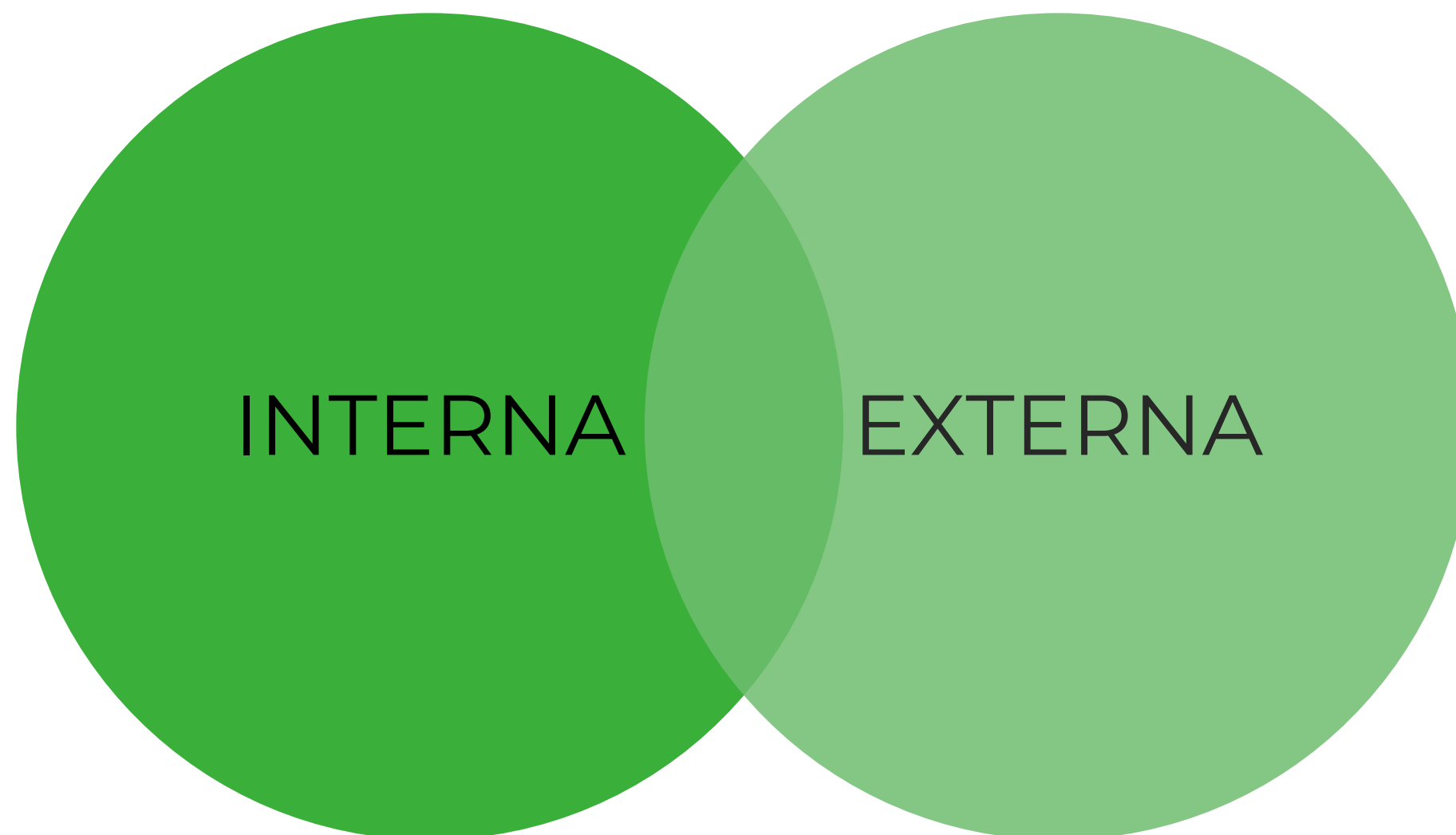
CRITÉRIOS PARA O INÍCIO DE UMA FISCALIZAÇÃO



EXTERNA

- JUDICIAL/AGU
- ÓRGÃOS DE CONTROLE, AMBIENTAIS E ESTADUAIS OU MUNICIPAIS
- DENÚNCIA FORMAL OU INFORMAL
- POLÍCIA FEDERAL
- MINISTÉRIO PÚBLICO

CRITÉRIOS PARA O INÍCIO DE UMA FISCALIZAÇÃO



INTERNA

- PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO
- PLANO ANUAL ESTADUAL DE FISCALIZAÇÃO
- AÇÃO PREVENTIVA
- OUTRAS ÁREAS DA SPU
 - AVALIAÇÃO
 - DEMARCAÇÃO
 - DESTINAÇÃO
 - INCORPORAÇÃO
 - RECEITA

PLANEJAMENTO

O Plano Anual de Fiscalização - PAF 2025, consolida:

- Metas
- Objetivos
- Demandas
- Diretrizes
- Inovações
- Orçamento



Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/fiscalizacao>

PARCERIAS

TED UNB: Utilização de novas geotecnologias de inteligência artificial para auxiliar a SPU a manter uma fiscalização espaço temporal dos imóveis da União.

PARCERIAS DAS SUPERINTENDÊNCIAS:

- Polícia Militar
- Polícia Federal
- Prefeituras
- Secretaria de Meio Ambiente
- TRT
- TRE

- ICMBIO
- MPF
- IPHAN
- Capitania dos Portos
- Marinha do Brasil
- IBAMA

MPF

ICMBIO

IPHAN

PREFEITURAS

**SECRETARIA
DO MEIO
AMBIENTE**

IBAMA

**POLÍCIA
FEDERAL E
MILITAR**

MARINHA

INOVAÇÕES

- Divisão Virtual de Fiscalização
- Conselho de Fiscais da SPU - CONFISC
- Imagens de alta resolução espacial
- Utilização de ARP's nas fiscalizações (drones)
- Aplicativo "Fiscaliza SPU"



SITE FISCALIZAÇÃO SPU

ACESSE O SITE DA FISCALIZAÇÃO NO
GOV.BR

Link: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/fiscalizacao>



gov.br | Governo Federal | Órgãos do Governo | Acesso à Informação | Legislação | Acessibilidade | Entrar com gov.br

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos | O que você procura?

Assuntos | Patrimônio da União | Fiscalização

Fiscalização do Patrimônio da União



OPERAÇÃO COM DRONES NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Legislação, Pilotagem e Aerolevanteamento - RPA Classe 3

Manual de Operação com Drones da SPU



O Brasil é um país de dimensões continentais e possui uma imensa diversidade de bens imóveis espalhados por todo o seu território. São terrenos, prédios, praias, ilhas e muitos outros espaços que pertencem a todos nós, cidadãos brasileiros, e compõem o chamado patrimônio da União. Quem realiza a gestão desse patrimônio é a **Secretaria do Patrimônio da União - SPU**, que faz parte do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A missão da SPU é garantir que esses bens sejam bem utilizados, preservados e, principalmente, que continuem servindo ao bem comum.

O trabalho da fiscalização da SPU é como o de um "guardião dos bens públicos". Os fiscais fazem vistorias, visitas técnicas, verificações com drones, análise de documentos e outras ações para conferir se os imóveis estão sendo usados corretamente. Por exemplo, eles fiscalizam a existência de construção ou ocupação irregular em imóveis da União, podendo notificar os responsáveis, aplicar multas e tomar outras providências para resolver a situação.

Entre os imóveis fiscalizados estão os chamados bens de uso comum, como praias e margens de rios federais, que devem estar acessíveis a todas as pessoas. Também há os bens dominiais, que são áreas e terrenos da União que podem ser utilizados para fins diversos, como um galpão em uma área urbana. Já os bens de uso especial são aqueles destinados a algum serviço público específico, como prédios de repartições públicas, escolas ou hospitais públicos.

Todos esses bens são fiscalizados pela SPU para garantir que estejam sendo adequadamente aproveitados, respeitando as leis e beneficiando a sociedade de forma justa e sustentável.

Fiscalização em números

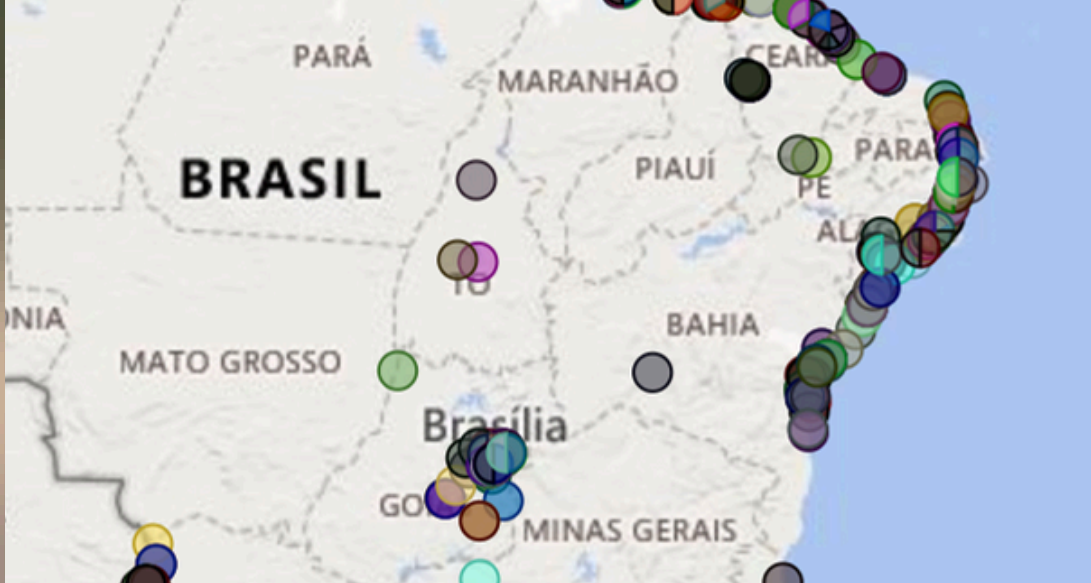
Quantidade de fiscalizações realizadas por ano no Brasil

4118	4258	4251	3295
2024	2023	2022	2021

APLICATIVO “FISCALIZA SPU”



PAINEL GERENCIAL - FISCALIZA SPU



DENÚNCIA

O **FALA.BR** É O CANAL INTEGRADO PARA ENCAMINHAMENTO DE MANIFESTAÇÕES (ACESSO A INFORMAÇÃO, DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES, SOLICITAÇÕES, SUGESTÕES, ELOGIOS E SIMPLIFIQUE) A ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER PÚBLICO, INCLUINDO A SPU. QUALQUER PESSOA, FÍSICA OU JURÍDICA, PODE SE MANIFESTAR.

CANAL TELEFÔNICO: 0800 978 9005

SITE: [HTTPS://FALABR.CGU.GOV.BR/](https://falabr.cgu.gov.br/)



CASES DE SUCESSO

ATUAÇÃO DA SPU NA PROTEÇÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS

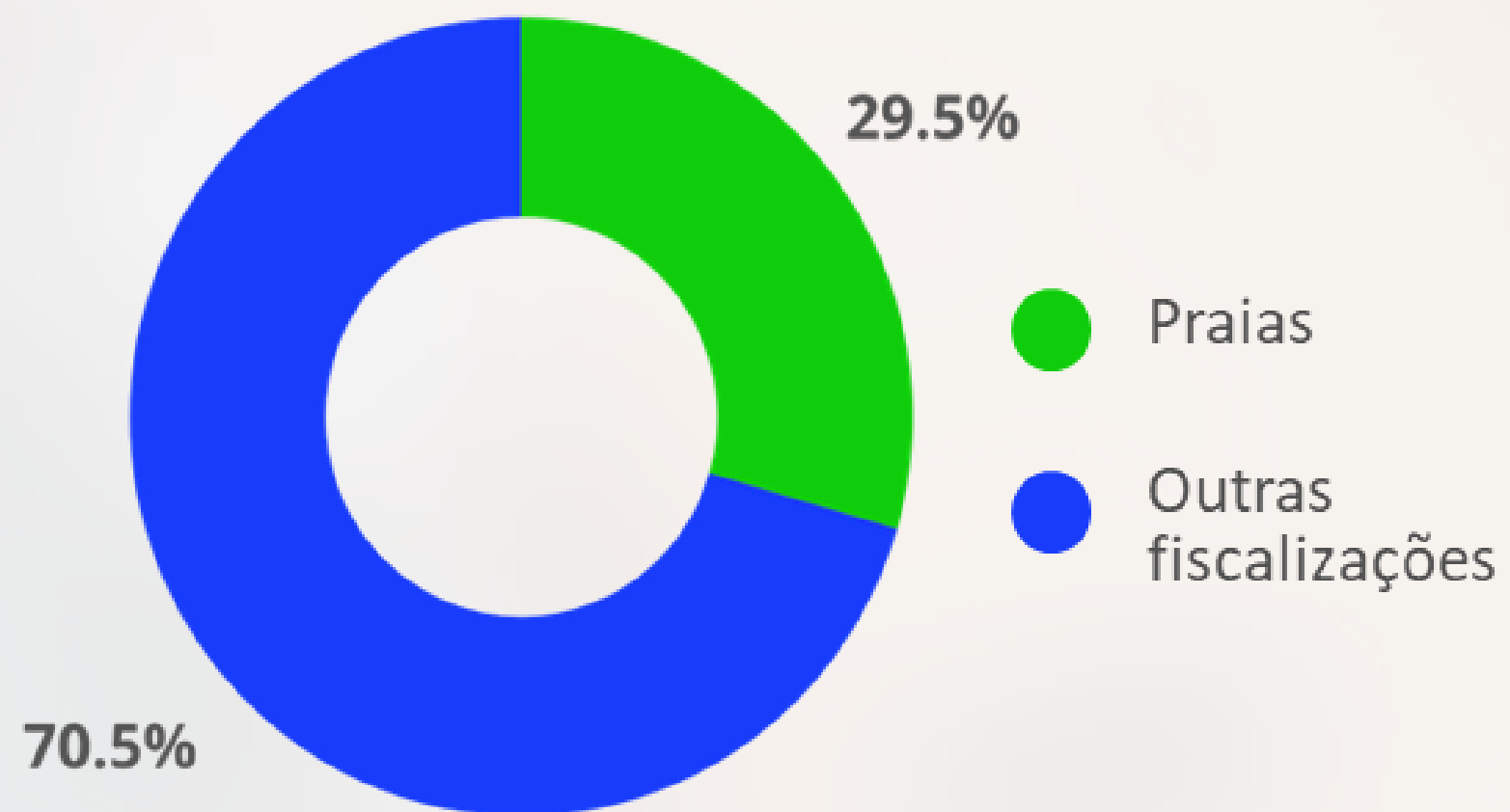
Historicamente, a SPU desempenha um papel crucial na proteção das praias marítimas brasileiras através da fiscalização, que tem como objetivos: garantir a preservação de ecossistemas costeiros, sustentabilidade econômica, segurança e bem-estar das comunidades tradicionais, cumprimento das leis e regulamentações.

No entanto, a vasta extensão do litoral brasileiro relacionado a pressões econômicas e políticas são um grande desafio para a eficácia da atividade fiscalizatória exercida pela SPU.

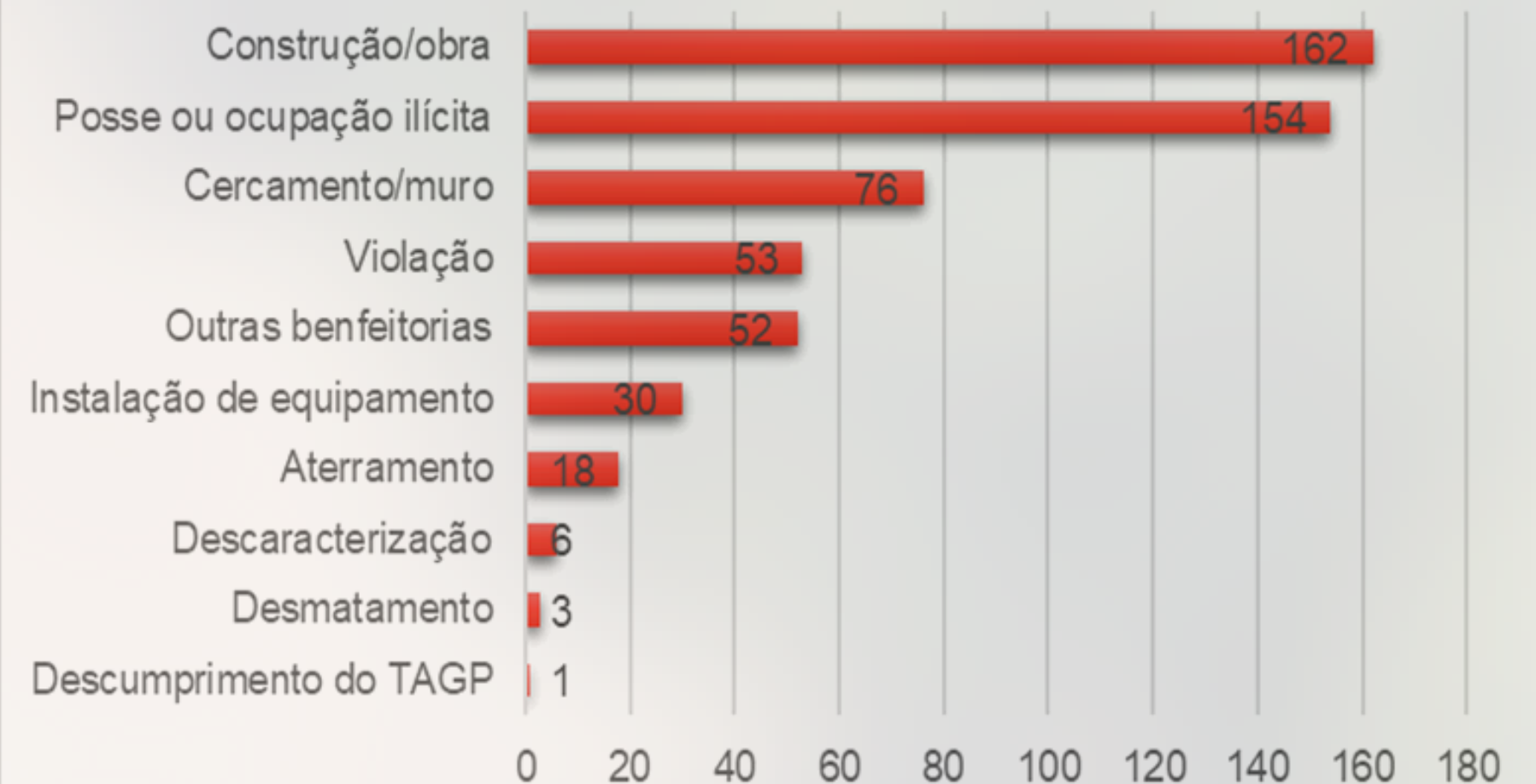


ATUAÇÃO DA SPU NA PROTEÇÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS

FISCALIZAÇÕES DE 2023



Irregularidades Verificadas em Praia - Jan a Out/2024



CASES DE SUCESSO



MORRO DE SÃO PAULO/BA 2012 X 2024

CASES DE SUCESSO



ANTES



DEPOIS

PRAIA DE TAPERAPUÃ/BA 2020 X 2022

CASES DE SUCESSO



PRAIA DO CUMBUCO/CE 2023 X 2024

DOCUMENTOS ESSENCIAIS




MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria do Patrimônio da União
Superintendência do Patrimônio da União do (Estado)
(Serviço de Caracterização do Setor de Fiscalização)

_____/_____/_____

ORDEM DE FISCALIZAÇÃO Nº _____ / _____	
1. IDENTIFICAÇÃO DA ORDEM DE FISCALIZAÇÃO	
DATA DA MISSÃO:	
UNIDADE ORIENTADORA:	
PERÍODO DA FISCALIZAÇÃO:	
2. ORIGEM DA DEMANDA	
DEMANDAS INDICADAS	
ÁREAS/IMÓVEIS COM RISCO ESTRUTURAL, GEOLÓGICO, CLIMÁTICO	
DEMANDAS EMERGENCIAS	
ORGANIZAÇÃO CONTROLE	
REQUISITOS E RECOMENDAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
DEMANDAS EMERGENCIAS EM ÁREAS OCUPADAS POR POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	
GESTÃO DE PREÇOS DESACOPADOS	
HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS URBANAS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	
APOIO PARA DESTINAÇÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS E TALIS	
RACIONALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE EM PREÇOS PÚBLICOS	
FISCALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO TAGP	
DEMANDAS	
ESTRUTURAS NAUTICAS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	
CONTRATOS DE CESSÃO ONEROSA, DOAÇÃO E CIEDU	
RETORNOS	
ROTINA	
3. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE	
NOME/MATRÍCULA SIAPE DO RESPONSÁVEL PELA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO:	
NOME/MATRÍCULA SIAPE DOS FISCAS DESIGNADOS PARA A AÇÃO:	
4. LOCALIZAÇÃO DA AÇÃO FISCALIZATÓRIA	
ENDEREÇO COMPLETO OU DESCRIÇÃO DETALHADA:	
5. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS	
6. OBSERVAÇÃO	
7. ASSINATURA	
<p>_____ NOME COMPLETO</p> <p>[Chefe de Fiscalização / Coordenador / Superintendente]</p>	

[illegible]

 MINISTÉRIO DA GESTÃO E DO INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO SUBPREFEITARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO			
NOTIFICAÇÃO Nº _____ / _____			
1-TIPO DE NOTIFICAÇÃO			
<input type="checkbox"/> Complementação da Documentação <input type="checkbox"/> Complemento na Superfície <input type="checkbox"/> Complemento Contrato de Locação		<input type="checkbox"/> Desocupação Involuntária <input type="checkbox"/> Desocupação em 30 dias <input type="checkbox"/> Desocupação em 90 dias	
<input type="checkbox"/> Demoração em 180 dias <input type="checkbox"/> Outros _____			
2-DADOS DO AUTUADO			
NOME			
CÓDIGO		S/Nº DO PROPRIETÁRIO _____ END. FISCAL DO PROPRIETÁRIO _____ Nº DO INSCRICAO _____	
LUAÇÃO			
ENDEREÇO DO LOCAL			
ENDEREÇO DO BEM/AUTUADO			
3-DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO			
Ao _____ dia(s) do mês de _____ de _____ do ano de _____ município do _____ no Estado de _____, compareceu o representante da SPF/U _____, neste assinaado, tendo verificado preliminarmente de infração ao patrimônio da União, conforme previsto do art. 117, da Lei nº 63.202, de 13.03.2022, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e de acordo com a seguinte descrição Nêta.			
Descrição da irregularidade:			
4-FUNDAMENTAÇÃO LEGAL			
Art. 11º e 11, da Lei nº 8.836, de 15 de maio de 1986; arts. 59 e 103, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; Instrução Normativa nº 23, de 18 de março de 2020, da Secretaria do Patrimônio da União.			
5-FINALIDADE			
Ante o exposto, Esta Vossa Senhoria notifica-o, a:			
<input checked="" type="checkbox"/> Não prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do presente, apresentar manifestação, apresentando informações ou documentos válidos em decorrência da autuação e/ou à apresentação de elementos que comprovem a existência ou ausência da infração ao patrimônio da União, de modo que se encerre o processo de infração antes a ligação da SPF/U com os mesmos.			
<input type="checkbox"/> imediatamente efetuar a desocupação do imóvel por ocupação ilícita.			
<input type="checkbox"/> ____ dias, a contar do recebimento da notificação, para desocupação do imóvel por ocupação ilícita			
6-SERVAÇÕES			
a) O comparecimento na SPF/U pode ser dispensado caso o procurador munido do instrumento válido de procuração. Ainda, a pedido poderá ser protocolado por meio de pagamento virtual documental na página de atendimento aos usuários www.servicospublicos.gov.br .			
b) A ausência de manifestação de Vossa Senhoria não impede ou prejudica o andamento do respectivo processo administrativo.			
c) O ônus da comprovação da falta de infração compete a notificado, desde que haja certeza quanto à materialização.			
f) A sanção quanto à apresentação de documentos e informações demandadas no presente notificação;			
g) O não atendimento dos documentos e informações apresentados.			
7-ASSINATURAS			
1. REPRESENTANTE DO PATRIMÔNIO DO PROPRIETÁRIO _____		2. ASSINATURA CAMARÃO SECRETARIO DA SPF/U _____	
3. TESTEMUNHA 1 _____		4. TESTEMUNHA 2 _____	
5. ENDEREÇO _____		6. ENDEREÇO _____	

	MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS	
	Secretaria do Patrimônio da União	
	Superintendência do Patrimônio da União do [Estado] [Serviço de Caracterização ou Seção de Fiscalização]	
RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO INDIVIDUAL		
		Ocorrência Nº _____ / _____
1. ORDEM DE FISCALIZAÇÃO SEI Nº _____		
2. DATA DA FISCALIZAÇÃO _____		
3. DEMANDA		
DEMANDAS JUDICIAIS		
ÁREAS IMOVEIS COM RISCO ESTRUTURAL, GEOLÓGICO, CLIMÁTICO		
DEMANDAS EMERGENCIAIS		
ÓRGÃOS DE CONTROLE		
REQUISITOS E RECOMENDAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
DEMANDAS EMERGENCIAIS EM ÁREAS OCUPADAS POR POVOIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS		
GESTÃO DE IMÓVEIS DESOCUPADOS		
HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS URBANAS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA		
PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA		
APOIO PARA DESTINAÇÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS E TAUS		
RACIONALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE EM PREDIOS PÚBLICOS		
FISCALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO TAGP		
DENÚNCIAS		
ESTRUTURAS NAUTICAS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS		
CONTRATOS DE CESSÃO ONEROSA, DOAÇÃO E CDMU		
RETORNOS		
ROTINA		
4. CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL		
USO COMUM DO POVO		
DOMINIAL		
ESPECIAL		
5. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL		
ESPELHO D'ÁGUA		
FAIXA DE FRENTEIRA		
FAIXA DE SEGURANÇA		
ILHA		
MANGUEZAL		
PRADA FLUVIAL		
PRADA MARÍTIMA		
PRÓPRIO NACIONAL		
TERRENO MARGINAL E ACRESCIDO		
TERRENO DE MARINHA ACRESCIDO		
6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL		
UF / MUNICÍPIO / ENDEREÇO / LOCALIZAÇÃO DETALHADA DO IMÓVEL / R/P IMÓVEL:		
LATITUDE		
LONGITUDE		

Página 7 de 8

ORDEM DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO INDIVIDUAL

Disponíveis em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/fiscalizacao>

FLUXO DE TRABALHO

O trabalho de fiscalização realizado pela SPU segue um fluxo estruturado, iniciando-se pelo planejamento e culminando na regularização do uso do bem ou, quando inviável, na reintegração da posse pela União. As etapas do processo são as seguintes:

Planejamento: Identificação de áreas com ocupação irregular, priorizando ações conforme critérios técnicos. Ainda, preparação para ida a campo: documentação, otimização de rotas, PCDs, pesquisa e reunião de informações.

Trabalho de campo: Coleta de informações, medições e registros fotográficos da área ocupada.

Notificação/Autuação: Comunicação formal sobre a irregularidade, com lavratura de Auto de Infração para aplicação das sanções administrativas correspondentes.

Acompanhamento: Fase de instrução processual, emissão de relatório de fiscalização, recepção de defesa/recurso e monitoramento da área para verificar se houve cumprimento das determinações da fiscalização.

Encaminhamento à AGU: Quando necessário, se inviável a reintegração/demolição pela via administrativa, procede-se o envio do caso para a Advocacia-Geral da União, a fim de promover a ação judicial de reintegração de posse/demolição.

1

PLANEJAMENTO

2

TRABALHO DE
CAMPO

3

NOTIFICAÇÃO /
AUTUAÇÃO

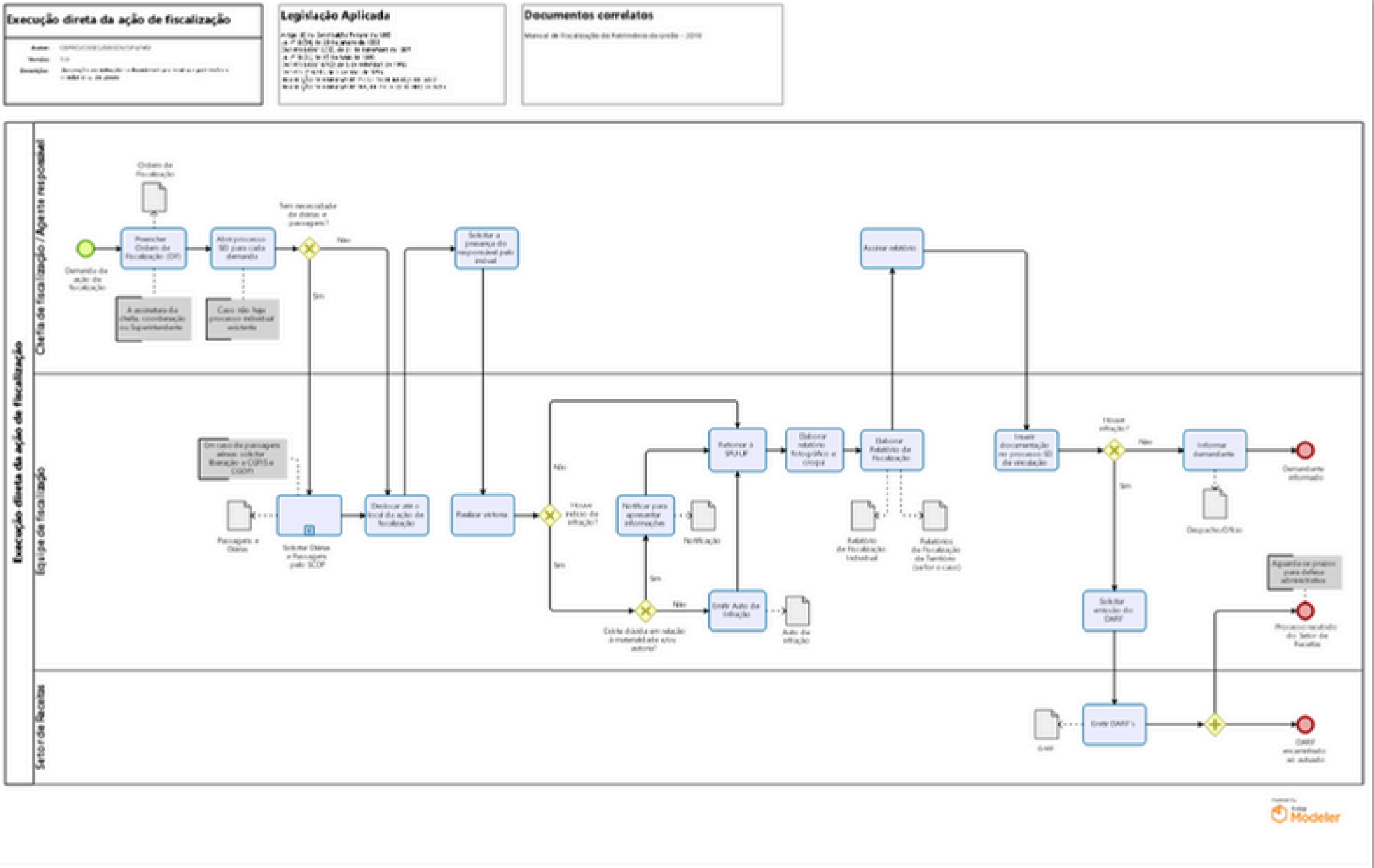
4

ACOMPANHAMENTO

5

REGULAR UTILIZAÇÃO /
REINTEGRAÇÃO

FLUXOGRAMA





MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



Obrigado!